



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº LC – 037/2026)

SUMÁRIO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	5
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.....	5
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	6
Da exigência de amostra	6
Sustentabilidade.....	8
Subcontratação	8
Garantia da contratação	9
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	9
Condições de Entrega.....	9
Local de entrega.....	10
Despesas de Transporte e Seguro.....	10
Garantia, manutenção e assistência técnica.....	10
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	10
Fiscalização.....	11
Fiscalização Técnica.....	11
Fiscalização Administrativa	11
Gestor do Contrato	12
7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	13
8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	16
Recebimento	16
Liquidação	17
Prazo de pagamento	18
Forma de pagamento	18
Reajuste.....	19

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



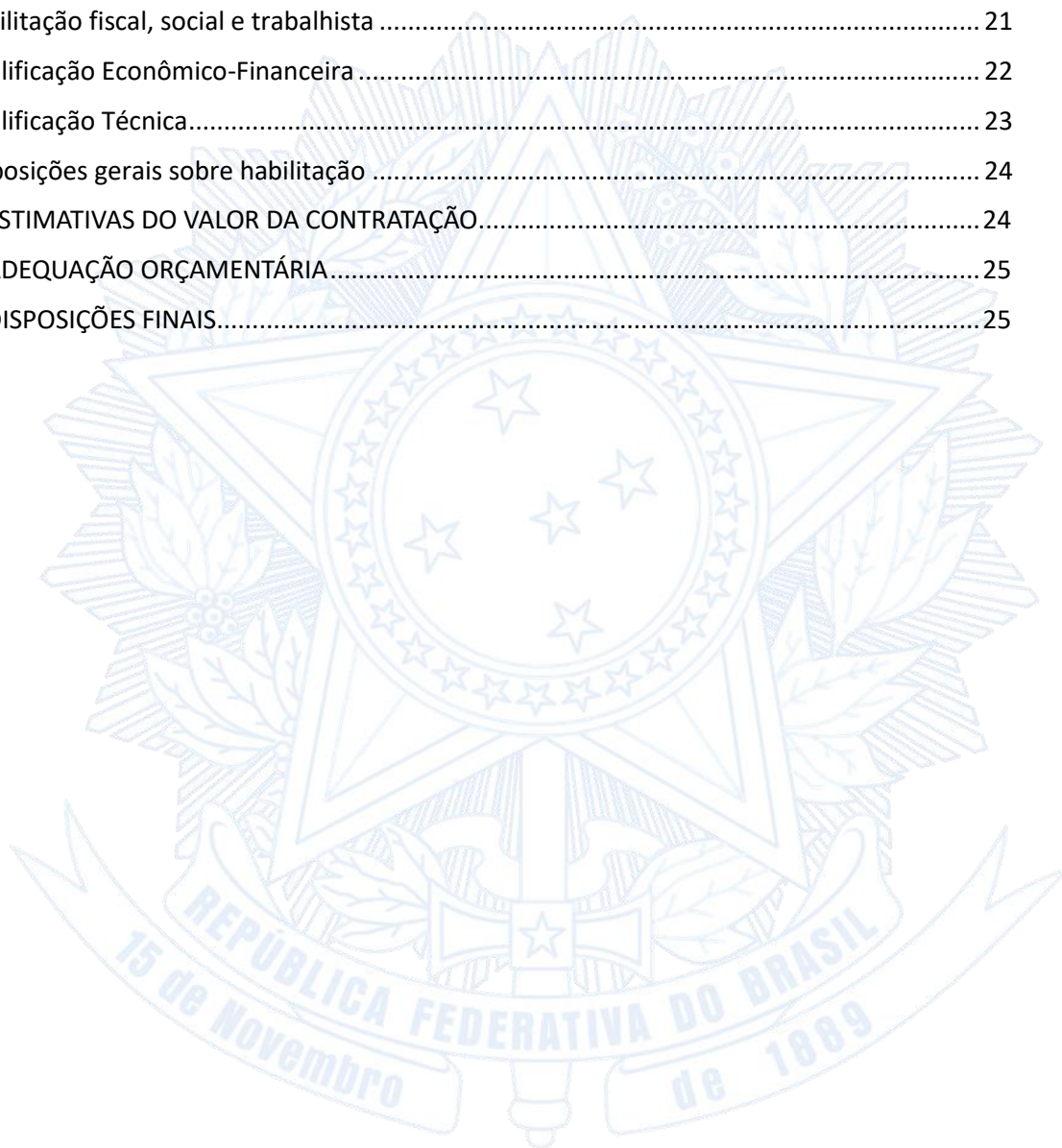
Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153bf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.....	19
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta	19
Forma de fornecimento	19
Exigências de habilitação	20
Habilitação jurídica.....	21
Habilitação fiscal, social e trabalhista	21
Qualificação Econômico-Financeira	22
Qualificação Técnica.....	23
Disposições gerais sobre habilitação	24
10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	24
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	25
12. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	25



SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº LC – 037/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Aquisição de material de divulgação institucional para eventos, consistente em ecobags (sacolas) em TNT metalizado na cor azul marinho, com personalização do logotipo do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, conforme condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste instrumento e detalhadas na tabela a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT ¹	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Ecobag (sacola) em TNT metalizado, cor azul marinho, personalizada com logotipo do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, conforme arte a ser fornecida pela Administração. Dimensões aproximadas: 35 cm (comprimento) x 30 cm (largura). Alças duplas em cordão. Gramatura mínima: 80 g/m². Aplicação: acondicionamento de objetos variados. Entrega com itens acondicionados e protegidos, preservando integridade e qualidade visual até o recebimento definitivo.	471848	Unidade	3000	R\$ 4,68	R\$ 14.055,00

¹ A codificação CATSER utilizada possui caráter meramente indicativo e referencial. Para fins de fiel execução do objeto e conformidade do fornecimento, prevalecem as especificações detalhadas, requisitos técnicos e obrigações constantes no Termo de Referência.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP



- 1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente solicitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a produção de materiais de divulgação personalizados, com identidade visual padronizada do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região.
- 2.2. Os materiais a serem produzidos destinam-se à composição de kits institucionais, bem como à utilização em eventos, campanhas educativas, atividades de capacitação, reuniões técnicas e demais ações promovidas pelo Conselho.
- 2.3. Tais materiais possuem caráter estratégico, uma vez que contribuem para a comunicação com o público interno e externo, fortalecendo a divulgação das ações da Autarquia de forma padronizada, qualificada e em consonância com as diretrizes de imagem institucional.
- 2.4. Ressalta-se, ainda, que a padronização dos materiais possibilita maior reconhecimento da marca institucional, amplia a visibilidade das iniciativas promovidas e promove a transparência junto à sociedade.
- 2.5. Diante do exposto, faz-se necessária a abertura de processo administrativo com vistas à contratação dos referidos materiais, de modo a assegurar o suporte indispensável às atividades do Conselho, garantindo eficiência na comunicação, fortalecimento da identidade visual e adequada apresentação dos conteúdos distribuídos nas ações institucionais.
- 2.6. A presente contratação fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

“Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”

- 2.7. O art. 75, inciso II, descrito acima, foi atualizado pelo Decreto n.º 12.807, de 29 de dezembro de 2025, para R\$ R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).
- 2.8. O objeto da contratação está previsto no Planejamento de Contratações Anual de 2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a produção de materiais personalizados, em conformidade com a identidade visual do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

3.2. Os materiais contratados serão utilizados em atividades institucionais diversas, tais como eventos, campanhas educativas, ações de fiscalização e distribuição de kits institucionais, contribuindo para a padronização da comunicação visual, a valorização e o fortalecimento da imagem da Autarquia.

3.3. Especificações técnicas dos itens:

3.3.1 ITEM ÚNICO: Ecobag (sacola) em TNT metalizado personalizada

3.3.1.1. Quantidade: 3.000 unidades;

3.3.1.2. Dimensões aproximadas: 40 cm (comprimento) x 42 cm (largura) x 14 cm de profundidade, e a alça de 60 cm;

3.3.1.3. Material: TNT (tecido não tecido) metalizado;

3.3.1.4. Gramatura mínima: 80 g/m²;

3.3.1.5. Cor: azul marinho (TNT metalizado, conforme identidade visual institucional);

3.3.1.6. Alças: duplas, em cordão;

3.3.1.7. Personalização: aplicação do logotipo do Conselho, conforme arte a ser fornecida pela Administração, com fidelidade cromática e posicionamento a serem aprovados previamente;

3.3.1.8. Embalagem/entrega: itens acondicionados e protegidos de modo a preservar integridade, limpeza e qualidade visual até o recebimento definitivo.

3.4. Disposições gerais aplicáveis a todos os itens:

3.4.1 Durante a execução contratual, a Administração poderá solicitar provas de impressão (digitais ou físicas), amostras de material e documentos comprobatórios relativos à conformidade técnica dos itens produzidos.

3.5. A contratada deverá garantir a qualidade da impressão, do acabamento final e da personalização, bem como utilizar insumos de primeira linha, observando os padrões técnicos exigidos, o alinhamento com a identidade visual do Conselho e boas práticas ambientais, conforme estabelecido neste processo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de amostra

4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

4.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.2.1 Item n.º 01: Ecobag (sacola) em TNT metalizado.

4.3. As amostras poderão ser entregues no endereço: Rua Doutor Samuel Porto, 351, 10º andar – CJ. 101 – Saúde, CEP: 04054-010 – São Paulo – SP, no prazo limite de 02 (dois) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.6.1 Conformidade do material e da confecção: verificação do atendimento às especificações do Termo de Referência quanto ao tipo de material, dimensões aproximadas, cor, observando-se resistência, integridade e ausência de rasgos, manchas, perfurações, deformações e acabamento inadequado (costuras/selagem firmes e regulares).

4.6.2 Conformidade da personalização e qualidade visual: avaliação da aplicação do logotipo conforme arte fornecida/aprovada pela Administração, incluindo posicionamento, tamanho, alinhamento, legibilidade e fidelidade cromática. Serão verificados, ainda, a uniformidade da impressão, a ausência de falhas (borrões, manchas, desbotamento, desalinhamentos) e a aderência/durabilidade da personalização, de modo a assegurar apresentação compatível com o uso institucional.

4.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 02 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>



4.12. Os requisitos a seguir se aplicam aos fornecedores interessados em participar do processo de contratação, devendo ser rigorosamente observados de acordo com os itens para os quais apresentarem proposta:

4.1.1 O fornecedor deverá estar legalmente constituído e apresentar plena regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.1.2 Deverá, ainda, estar habilitado a contratar com a Administração Pública, não podendo constar em cadastros de sanções ou impedimentos.

4.1.3 O fornecedor deverá comprovar capacidade técnica por meio de atestado(s) de capacidade emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível(is) com a prestação dos serviços propostos, em quantidade e características similares às especificadas neste processo.

4.1.4 Os serviços executados deverão atender integralmente às normas técnicas de produção gráfica e acabamento, assegurando qualidade, precisão, fidelidade de cores e conformidade com a identidade visual institucional estabelecida pelo Conselho.

4.1.5 Os materiais produzidos deverão ser de alta qualidade, utilizando insumos de primeira linha, assegurando durabilidade, resistência e apresentação adequada para uso institucional.

4.1.6 Todos os itens deverão ser entregues devidamente embalados, organizados e identificados, preservando as condições físicas e visuais dos materiais até o recebimento final pela Administração.

Sustentabilidade

4.13. A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, adotando, sempre que possível, práticas que minimizem os impactos ambientais.

Subcontratação

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da ordem de compra/nota de empenho ou documento equivalente, emitido pelo setor responsável do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, e após a prévia assinatura do contrato e sua respectiva publicação.

5.2. O prazo estabelecido no item 6.6 poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da Contratada e aprovação prévia e expressa do CRFa 2ª Região, comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do término do prazo.

5.3. A ordem de fornecimento será formalizada por meio eletrônico (WhatsApp, e-mail, plataforma de compras, etc.), após a aprovação da amostra e/ou prova de personalização (layout) da ecobag pelo CRFa 2ª Região.

5.4. A Contratada deverá apresentar, quando solicitada pela Administração, amostra física em tamanho real da ecobag e/ou prova de personalização (layout) para aprovação prévia e expressa do CRFa 2ª Região, antes do início da produção em escala.

5.5. As amostras deverão ser entregues no prazo de até 3 (três) dias, contados da aprovação do layout digital (arte final) pelo CRFa 2ª Região.

5.4.1 A Contratada deverá fornecer novas amostras, sem ônus para o CRFa 2ª Região, caso as apresentadas inicialmente não sejam aprovadas.

5.4.2 A produção dos materiais somente poderá ser iniciada após a aprovação expressa da amostra física pelo CRFa 2ª Região.

5.6. A arte final será definida pela Contratante, conforme modelo constante no Termo de Referência, cabendo à Contratada realizar as adaptações necessárias para cada item específico.

5.5.1 Caso necessário, a Contratada poderá ser solicitada a elaborar a arte final, sem que isso implique em acréscimo de custos para o CRFa 2ª Região.

5.7. Os materiais produzidos deverão atender aos padrões de qualidade e funcionalidade exigidos pelo CRFa 2ª Região, sob pena de devolução e substituição, sem ônus para a Administração, caso apresentem

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

defeitos ou não atendam às especificações do Termo de Referência, comprometendo a utilização do objeto ou a imagem institucional do Conselho.

5.8. O quantitativo mínimo por pedido será de 10% (dez por cento) da quantidade total de cada item adjudicado, não podendo a Contratada alegar desconhecimento dos quantitativos a serem entregues, os quais serão informados no momento da formalização do pedido.

Local de entrega

5.9. Os materiais a serem entregues deverão ser destinados ao seguinte endereço:

- I. Total de 2.800 unidades para o Endereço: Rua Olavo Barreto Viana, 104 - Sala 504, Bairro dos Moinhos de Vento, CEP: 90570-070, Porto Alegre - RS.
- II. Total de 200 unidades para o Endereço: Rua Dr. Samuel Porto, 351, 10º andar, conjunto 101, Saúde – SP, CEP: 04054-010.

5.10. As entregas deverão ser mediante agendamento com o CONTRATANTE, em dias úteis, no horário das 8:00 às 12:00 das 13:00 às 17:00 (horário local).

5.11. A entrega dos itens será objeto de acompanhamento e fiscalização por parte do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, a fim de assegurar o cumprimento dos prazos e condições estabelecidos neste contrato.

Despesas de Transporte e Seguro

5.12. Todas as despesas relacionadas ao transporte dos materiais até os endereços mencionados na cláusula 5.9 são de inteira responsabilidade da Contratada.

5.13. A Contratada é responsável também pela contratação e custeio do seguro de transporte dos bens, garantindo sua integridade e segurança até o local de entrega estipulado.

Devolução dos Bens

5.14. Caso os materiais entregues não estejam em conformidade com as especificações contratadas ou apresentem defeitos/avarias, o CRFa 2ª Região poderá exigir a substituição ou a correção dos itens, sem qualquer ônus adicional, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.15. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. Multa:

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

7.3.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias.

7.3.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.3.3 O atraso superior a 10 (dez) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3.4 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.5 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.7 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.8 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.9 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.10.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonossp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1 o prazo de validade;
 - 8.12.2 a data da emissão;
 - 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5 o valor a pagar; e
 - 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.29. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.30. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75 inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: por se tratar de aquisição de materiais com valores inferiores ao limite legal para dispensa de licitação.

Forma de fornecimento

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

9.2. O fornecimento do objeto deverá ocorrer de forma integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:



SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

3.4. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

3.5. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

3.6. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

$$\begin{aligned}
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

3.7. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

3.8. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

3.9. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

3.10. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

3.11. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.12. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

3.13. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.41.1 Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a entrega de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto neste Termo de Referência, equivalente a 1.500 (mil e quinhentas) unidades, em fornecimento de bens similares ao objeto desta contratação.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

7.41.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.21. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total é de R\$ 14.055,00 (quatorze mil e cinquenta e cinco reais), conforme pesquisa de preços e custos unitários apostos na tabela.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de dispensa de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504
Link de validação: <https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>





CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 2ª REGIÃO / SP

o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.4. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.6. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.7. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, data e hora conforme certificado digital.²

Daniela Vitoriano
Gerente Geral

Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região – São Paulo

Aprovação:

Mariene Terumi Umeoka Hidaka
Presidente

Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região – São Paulo

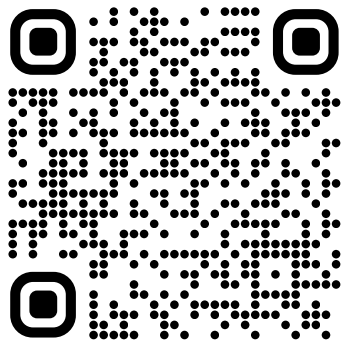
² Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

SEDE:

Rua Doutor Samuel Porto, 351
10º andar – CJ. 101 – Saúde
CEP: 04054-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3873-3788 / Fax: (11) 3873-3245
E-mail: info@fonosp.org.br



Relatório de auditoria e validação de assinaturas eletrônicas



URL pública de verificação de integridade e autenticidade
<https://valida.ae/70439abcc3321c8a61a8030287f4fb12adb2857c279cdd204>

Assinaturas concluídas: 2 de 2

Assinaturas eletrônicas realizadas em conformidade com a Lei nº 14.063/2020 e Regulamento (UE) nº 910/2014 (eIDAS)



Como auditar e validar este documento

Você está visualizando uma via para impressão do documento, ela possui os dados de auditoria, porém ela pode ser alterada. Para conferir a integridade do documento e das assinaturas, **acesse a URL pública de validação ou escaneie o QRCode ao lado.**

474e3230c403079ce153fbf01ba
27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e
060e15b504 Hash SHA256 do original

Assinaturas presentes no documento

Daniela Vitoriano
255.247.318-07
Signatário

Mariene Terumi Umeoka Hidaka
668.390.098-15
Signatário

Trilha de auditoria

11/05/2026 09:34 **Diego Almeida Santos** (diego.santos@fonosp.org.br, CPF 335.905.698-16) criou o documento
Hash SHA256 do arquivo: 474e3230c403079ce153fbf01ba27323ae97ba1a18dacb3c9a7b3e060e15b504

11/05/2026 10:04 **Daniela Vitoriano** (daniela.vitoriano@fonosp.org.br, CPF 255.247.318-07) visualizou o documento
Endereço de IP: 187.8.22.26 Porta: 56649

11/05/2026 10:04 **Daniela Vitoriano** (daniela.vitoriano@fonosp.org.br, CPF 255.247.318-07) assinou o documento
Endereço de IP: 187.8.22.26 Porta: 56649 SO: Windows 10.0 Navegador: Chrome/147.0.0.0 Arquitetura: x64 Render engine: Gecko Tipo de geolocalização: IP Precisão: 5km+ Latitude e longitude: -23.6293, -46.6351

11/05/2026 10:53 **Mariene Terumi Umeoka Hidaka** (mariene.umeoka@icloud.com, CPF 668.390.098-15) visualizou o documento
Endereço de IP: 189.121.202.159 Porta: 33275

11/05/2026 10:55 **Mariene Terumi Umeoka Hidaka** (mariene.umeoka@icloud.com, CPF 668.390.098-15) assinou o documento
Endereço de IP: 189.121.202.159 Porta: 33275 SO: iOS 18_7 Navegador: Safari/26.4 Arquitetura: ARM64 Render engine: Gecko Tipo de geolocalização: IP Precisão: 5km+ Latitude e longitude: -23.5475, -46.6361